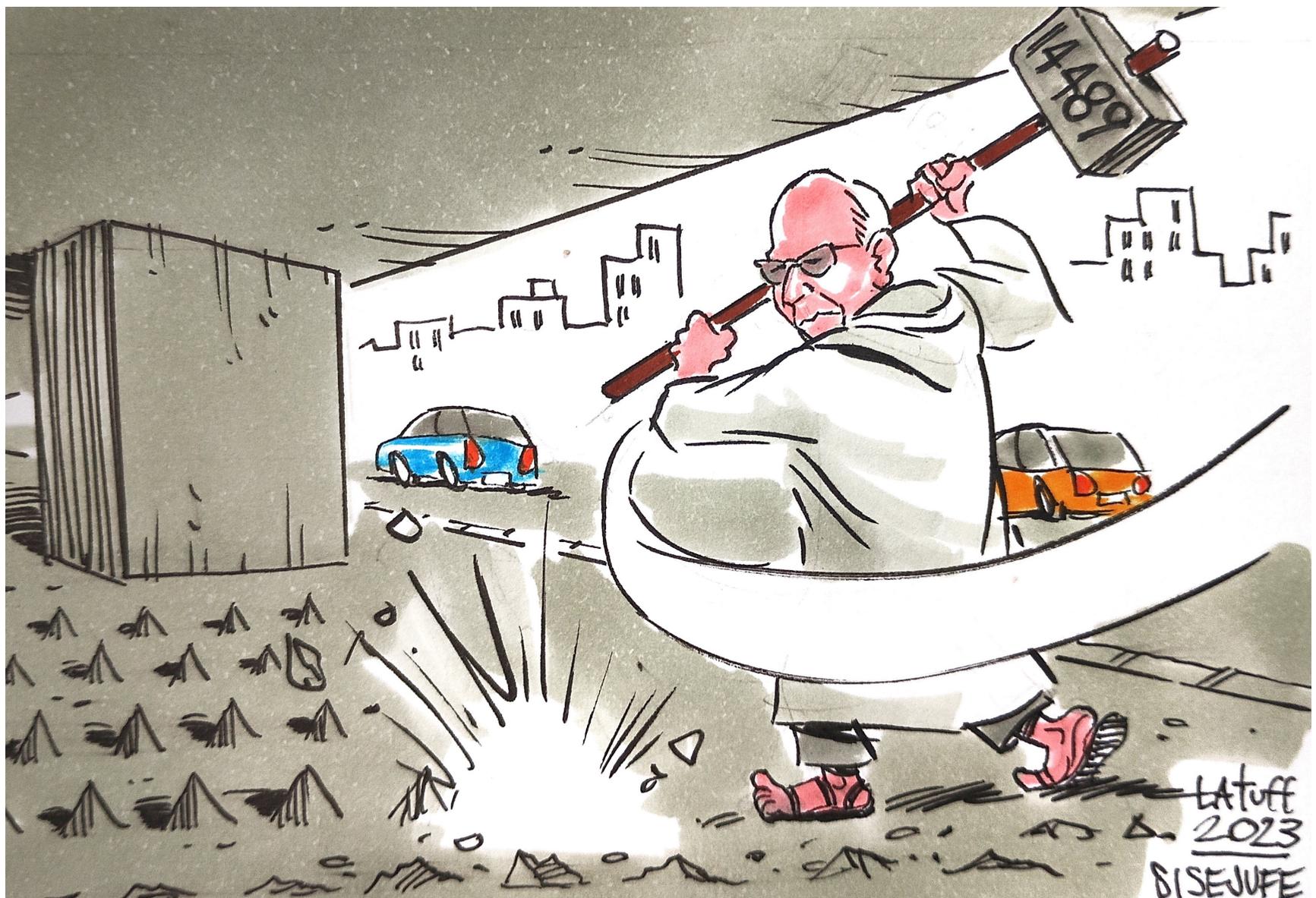


LEI JULIO LANCELLOTTI (14.489/22) TRAZ ESPERANÇA E HUMANIDADE ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Legislação que proíbe a arquitetura hostil nas cidades brasileiras foi batizada com o nome do religioso em reconhecimento à sua luta Página 6 a 8



Em meio à luta, um olhar atento aos problemas sociais

Página 3

Sisejufe e Instituto LAR, uma parceria que dá certo

Página 5

Fome de boas práticas

Página 9

UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL

O Sisejufe é um sindicato cidadão, conhecido por sua atuação em rede e parcerias com outras entidades e organizações da sociedade, construindo políticas públicas de redução de danos, defesa, promoção e proteção de direitos, bem estar e qualidade de vida. Para a diretoria, tão importante quanto organizar e lutar em defesa das pautas dos servidores do Judiciário Federal no Rio de Janeiro, é atuar na organização e mobilização das pautas transversais e de interesse de toda a classe trabalhadora. Avançamos mais e melhor com nossas pautas se avançarem as pautas de todos os trabalhadores.

Foi essa compreensão que levou o Sisejufe a atuar com a população em situação de rua, um segmento dos trabalhadores que estão no final da linha dos desprotegidos, empobrecidos e vulnerabilizados. O “Sisejufe Solidário” foi o embrião de tudo quando, em 2016, percebemos o aumento considerável da população em situação de rua no Centro do Rio. Ficávamos incomodados com essa realidade. Não um incômodo higienista, mas de ver um trabalhador, um filho de uma trabalhadora, uma mãe, um pai que estavam ali, abandonados, alijados de seus direitos fundamentais e da proteção do Estado. A diretoria avaliou que poderia contribuir, fomentando a atuação de organizações que atuam nessa rede de proteção.

Foi quando nasceu o Departamento Sisejufe Solidário e a parceria com o Instituto LAR (Levante, Ande e Recomece). Cola-

“ Tão importante quanto organizar e lutar em defesa das pautas dos servidores, é atuar na organização e mobilização das pautas transversais e de interesse de toda a classe trabalhadora ”

boramos com a reforma das instalações, que permitiu a criação dos espaços de atendimento à população em situação de rua como apoio psicossocial, capacitação e empregabilidade; e apoiamos também a reforma da cozinha, que foi totalmente reestruturada para se transformar em uma cozinha-escola. Além disso, o Sisejufe mantém com a entidade uma importante parceria no projeto 1º Acesso à Justiça, que leva o acesso à Justiça e orientação jurídica para a população em situação de rua do Centro da cidade.

Em paralelo, passamos a pensar e articular politicamente ações e projetos para tentar mudar, de maneira mais concreta, a realidade dessas pessoas, como iniciativas junto ao Congresso Nacional. Destacam-se o apoio à frente parlamentar mista em defesa dos direitos

da população em situação de rua e ao PL que resultou na Lei Júlio Lancellotti (Lei 14.489/22), que proíbe arquitetura hostil nas cidades. Esse tipo de construção emprega estruturas, equipamentos e materiais cortantes ou pontiagudos, como pinos, parafusos e espinhos com o objetivo de afastar pessoas em situação de rua de praças, viadutos, calçadas e jardins. Ou seja, cria obstáculos para segregar essas pessoas, desconsiderando que as ruas e as cidades são espaços públicos e devem acolher a todos e todas.

Outras parcerias com projetos sociais foram acolhidas pelo departamento, alcançando um público diverso e representativo (crianças e mulheres em situação de vulnerabilidade, negros, LGBTQ+, organização de hortas e cozinhas comunitárias, organização dos territórios, georreferenciamento, agricultura familiar e sustentável etc)

Na atual gestão, as atividades passaram a ser organizadas em dois departamentos: Movimentos Sociais e Ações Sociais, tendo como missão colocar em prática os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU, seguindo as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça, com destaque para os ODS, erradicação da pobreza e combate à fome; redução das desigualdades e da miséria; saúde e bem-estar; igualdade de gênero e educação.

A diretoria do Sisejufe acredita que um outro mundo é possível. E conclama todos os trabalhadores e trabalhadoras do Judiciário Federal do Rio de Janeiro a participar dessa construção. “Nosso tempo é hoje”.

EM MEIO À LUTA, UM OLHAR ATENTO AOS PROBLEMAS SOCIAIS

Seguindo as diretrizes do CNJ, Sisejufe atua em parceria com movimentos sociais, a fim de colocar em prática os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU

O Sisejufe luta incessantemente pelos direitos da categoria, como todos sabem. A diretoria entende, no entanto, que é fundamental atuar também para além dos muros do Judiciário. Para garantir que essa construção com a sociedade civil aconteça de maneira planejada e efetiva, gerando bons resultados, a entidade organiza as ações em dois importantes departamentos: 'Movimentos Sociais' (coordenado pela diretora Soraia Marca) e 'Ações Sociais' (coordenado pela diretora Larissa Azevedo).

Nesse sentido, desde 2020, vinculamos a luta da categoria judiciária aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), estabelecendo parcerias com movimentos sociais organizados para proposição e execução de políticas públicas, seguindo a recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que firmou com a ONU um pacto pela implementação desses ODS no Poder Judiciário e no Ministério Público.

Com isso, o Sisejufe mantém parcerias relevantes, como o projeto 1º Acesso à Justiça, promovido pelo sindicato juntamente com o Instituto LAR (Levante, Ande e Recomece), levando o acesso à Justiça e orientação jurídica para a população em situação de rua do Centro da cidade.



Soraia Marca, coordenadora do Departamento de 'Movimentos Sociais', participou de ato da ONG Rio de Paz, no auge da pandemia



Coordenadora do Departamento de Ações Sociais, Larissa Azevedo, e a assessora política Vera Miranda, prestigiaram o evento de formação das crianças do projeto Patota do Galo

É papel do Departamento de Movimentos Sociais:

- Fomento e ações de formação e campanhas de combate ao racismo ao extermínio da juventude negra e periférica;
- Apoio a ações de combate à homofobia, transfobia, misoginia e outras formas de discriminação;
- Fomento, apoio e diálogo permanente, com ações e movimentos vinculados à garantia da segurança alimentar, agroecologia e desenvolvimento sustentável;
- Apoio, fomento e parceria em projetos de cultura popular, resgate cultural e de resistência;
- Fomento, apoio e parcerias em atividades dos coletivos sindicais, de mulheres, negros e negras, de juventude, que atuem dentro dos objetivos da agenda 2030, em especial as ações em defesa dos direitos sociais, humanos e de desenvolvimento sustentável;
- Apoio a ações de combate à pobreza extrema



Mulheres assistidas pelo projeto social Anjos da Tia Stellinha



O Departamento de Gestão Social tem como missão colocar em prática os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU:

- ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável. Apoio e fomento a projetos voltados para segurança alimentar, desenvolvidos de forma sustentável e que fortaleçam principalmente as comunidades.

Plantando cultura, colhendo saúde na Serra da Misericórdia “Agricultura urbana como resiliência - produzindo soberania e segurança alimentar na favela”

- ODS 3 – Saúde e bem-estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

O Sisejufe apoia as oficinas de Geração de Renda, iniciativa de trabalhadores e usuários do CAPS III Maria do Socorro Santos. Tais oficinas estão envolvidas nos eixos da culinária, dos artesanatos e do autocuidado, como forma de produção de protagonismo e inclusão social junto junto às pessoas com sofrimento psíquico grave. O trabalho baseia-se no conceito de autonomia e é orientado pelos princípios da reforma psiquiátrica, pela luta



Fotos das crianças - Alunos atendidos pelos projeto Escola Quilombista Dandara de Palmares

antimanicomial, um marco na mudança de mentalidade no que se refere à forma de atenção à saúde mental no país.

- ODS nº 4 - Educação de Qualidade - Projetos e ações do eixo educação e movimento comunitário Escola Quilombista Dandara de Palmares

A escola, situada no Complexo do Alemão, é uma organização autônoma gerida por moradores da favela completamente autônoma. A instituição surgiu em 2017 com o objetivo de ensinar as crianças além do tradicional, de forma lúdica, trazendo os ensinamentos da sua ancestralidade, territorialidade e cultura.

Para a coordenadora do Departamento de Movimentos Sociais, Soraia Marca, essa construção por meio da solidariedade só enriquece a luta, além de trazer bons frutos. “Temos a possibilidade de atuar em consonância com diversas organizações – desde o MST, o MTST, movimento de mulheres, entidades que promovem capacitação para o mercado de trabalho, pessoas em situação de rua, movimento negro etc. Entendemos que estas pautas, todas essas lutas, também são nossas lutas ao nos engajarmos na realização da Agenda 2030. O Sisejufe está ampliando o diálogo e as parcerias com outros movimentos que não estão necessariamente em espaços de governança. É muito gratificante perceber que estamos fazendo a diferença na vida de muitas pessoas”, explica.

SISEJUFE E INSTITUTO LAR, UMA PARCERIA QUE DÁ CERTO

Desde 2018, sindicato é parceiro da instituição; projeto “Primeiro Acesso à Justiça” leva orientação jurídica para a população em situação de rua

Dani Maia

Da Redação

O Sisejufe atua plenamente ciente da importância da manutenção e da defesa dos direitos dos servidores e servidoras do Judiciário Federal. Por isso, é tão combativo e atuante. Mas, para além dos seus muros, enxerga que é igualmente fundamental atuar em pautas transversais, que dialoguem com a sociedade e mais, que busquem um bem viver para todas e todos da nossa sociedade.

Nessa caminhada, uma das parcerias mais antigas e que mais orgulham todos do sindicato é a parceria com o Instituto LAR, que agora em novembro completa sete anos.

Criado em 2016, o Instituto LAR é uma organização sem fins lucrativos, que atua na cidade do Rio de Janeiro, e apoia o processo de reinserção social de pessoas em situação de rua.

A sigla LAR significa Levante, Ande e Recomece, indicando que cada cidadão tem o potencial de se reerguer, retomar o controle de sua vida e iniciar uma nova caminhada em uma trajetória digna. Em 2022, ganhou o selo que certifica ser uma das 10 melhores ONGS de pequeno porte do país.

O sindicato é parceiro do Instituto LAR e oferece orientação jurídica e acesso à justiça às pessoas em situação de rua que são assistidas pela entidade. O sindicato acredita e apoia essa instituição séria e com-



Yuri Brites Pacheco Martins e Raquel Moxotó atendem uma pessoa em situação de rua, acompanhados do servidor aposentado Roberto Motta

prometida com o resgate e a valorização das pessoas em situação de rua. A parceria teve início no fim de 2018, quando os dirigentes conheceram a instituição. Em março de 2019, o Sisejufe custeou a reforma da sede do Instituto LAR, que fica no Centro do Rio. De lá pra cá, baseados na confiança mútua, estreitaram os laços e seguiram firmes apoiando o projeto “Primeiro Acesso à Justiça”.

Para Eunice Barbosa, presidenta do Sisejufe, é uma honra e grande alegria ser parceira do Instituto LAR: “A existência de pessoas em situação de rua nos mostra que há algo de muito errado com a forma como organizamos a sociedade porque

para nós a pergunta que se impõe é: o mundo que a gente pensa é o mundo em que cabem todas as pessoas? Que mundo queremos para as nossas gerações e para gerações futuras? Nesse sentido, estendemos o olhar e a atuação do sindicato às causas que visem a construção de um mundo melhor para todas e todos. É esse mundo que queremos e precisamos ajudar a construir, urgentemente. Para nós, incluir as pessoas vulnerabilizadas se impõe como uma forma de garantirmos a democracia de forma efetiva a todo mundo, com comida, com trabalho, com moradia digna, com direito a viver e a sonhar. Por isso, sermos parceiros do Instituto LAR é tão gratificante”.



Equipe de voluntárias do projeto “Primeiro Acesso à Justiça”

Ana Paula Rios, presidenta do Instituto LAR, recorda o início dessa parceria tão importante para ambos os lados: “Quando o Sisejufe chegou até nós, entendeu que, além de oferecer o que tinha de melhor, que era a experiência na área jurídica, percebeu que antes de tudo seria importante reformar aquele espaço, dar uma dignidade ao local para que os atendimentos pudessem começar a acontecer. A partir dessa chegada, o sindicato, então, fez a reforma do espaço. Reformou a cozinha, criou salas específicas para esses atendimentos jurídicos e atendimentos psicológicos. Em seguida, chamaram um grupo de advogados voluntários que tinham interesse em somar com a gente e iniciaram as orientações jurídicas para a

população em situação de rua. De lá para cá, já foram mais de 350 atendimentos realizados pelo time de voluntários dessa área jurídica”.

Para a gestora social, o Sisejufe é um parceiro que realmente chega junto: “Um ponto que, para mim, faz muita diferença, é que, de fato, é uma parceria. O sindicato, desde que chegou, abraçou a causa, abraçou a instituição, entendeu qual era o nosso propósito, entendeu todas as nossas dificuldades em realizar esse trabalho e ele chega junto com a gente nas dificuldades. O Sisejufe é um parceiro que não só ofereceu o recurso durante a reforma da cozinha e a reforma do espaço, mas que estava ali diariamente, na obra, acompa-

nhando, monitorando, cobrando e torcendo, também. Isso é muito bacana”.

Na visão de Lucas Costa, diretor Jurídico do Sisejufe, a parceria firmada entre o sindicato e o Instituto LAR estabelece uma relação muito importante para reafirmar o papel social que os sindicatos devem desempenhar, caminhando lado a lado com outras entidades da sociedade civil organizada, para romper barreiras e preconceitos de quem pensa que esses só teriam atribuição classista.

Nesse sentido, o dirigente destaca o quanto transformadoras podem ser as experiências de atuação voluntária na entidade, que busca fortalecer a dignidade humana e entregar direitos a quem mais precisa.

“Nas primeiras vezes em que participei diretamente do atendimento jurídico voluntário, pude notar como é importante viabilizar procedimentos que, à primeira vista, podem parecer simples para a maioria das pessoas, tal como a obtenção de um documento de identidade, uma carteira de trabalho, a própria certidão de nascimento ou o título de eleitor, questões que, para essas pessoas que estão socialmente vulneráveis, tornam-se complexas, até porque muitos desses processos exigem que se tenha acesso às plataformas virtuais dos órgãos públicos, um endereço de e-mail, um número de celular, demonstrando o surgimento de uma nova forma de exclusão: a exclusão digital. Para além disso, o Instituto LAR, que já realiza um lindo trabalho humanitário há anos, nos permitiu organizar essa parcela das atividades que desempenha, complementando outras ações fundamentais que realiza, como fornecer alimentação, vestuário, banho, corte de cabelo, atendimento psicológico, elaboração de currículos, atividades culturais, entre outras, de modo que, em paralelo com essas ações, foi possível viabilizar o acesso a direitos básicos da

cidadania para essas pessoas em vulnerabilidade social, como a obtenção de auxílios assistenciais, BPC, aposentadoria, regularizar documentação civil entre outras questões administrativas e judiciais. Nesse propósito, o Sisejufe pode oferecer apoio ao atendimento jurídico que passou a contar com um software que resguarda o histórico de atendimentos, realiza o controle de processos e prazos, arquiva documentos virtualmente e, com isso, permite a continuidade dos atendimentos já realizados em acessos de outros voluntários venham a atuar na entidade futuramente. A parceria tem se mostrado muito importante para viabilizar a atuação social do sindicato na busca pela redução das diferenças sociais e também na luta contra a exclusão e invisibilização sociais perante o Estado, abrindo portas para as pessoas em situação de rua alcançarem alguns de seus direitos fundamentais e mesmo para que possam de alguma forma exercer sua cidadania que, em última análise, é essencial para a manutenção de uma verdadeira democracia", afirma Lucas.

Os advogados voluntários que atuam no projeto também contam orgulhosos como é gratificante poder ajudar num projeto tão bonito e necessário como o "Primeiro Acesso à Justiça", que leva orientação jurídica para a população em situação de rua.

Yuri Brites Pacheco Martins, Raquel Moxotó e Felipe Barbosa foram os primeiros advogados a atuar como voluntários no projeto "Primeiro Acesso à Justiça". Felipe é filho de Eunice e Yuri, filho de Lucena Pacheco, diretora do Sisejufe e coordenadora da Fenajufe. Yuri, na época formado em Direito (pela UFRJ) há quase dois anos, se interessou pela oportunidade de poder conciliar a prática do Direito com a questão do trabalho voluntário e chegou para ajudar. Ele conta, orgulhoso, que com Raquel, sua namorada, foram os primeiros voluntários do projeto: "É um trabalho muito impactante, claro. A gente lida com pessoas carentes de tudo, né. Pessoas que não têm um lar, um endereço fixo, trabalho, documentação, nada. Então, além das questões práticas e burocráticas que precisam ser vistas, tem também a questão social e emocional envolvida em cada atendimento desse. Por esse lado, era difícil, com certeza, mas era também muito prazeroso quando conseguimos ajudar de fato essas pessoas. Viabilizar o recebimento de um benefício ao qual elas tinham direito, tirar uma documentação tão básica, mas que essa pessoa nunca teve na vida. Acho que foram essas coisas que me marcaram mais nesse tempo todo que participei do projeto", lembra Yuri, que ficou um ano

como voluntário do projeto. "Parei por causa da pandemia", diz ele.

Para Vanessa Soares, advogada de 41 anos, que é voluntária no projeto desde 2019, é gratificante fazer a orientação jurídica da população em situação de rua: "Nosso trabalho consiste em avaliar se essas pessoas têm alguma condição de receber o benefício assistencial do governo, que é o BPC, para pessoas idosas, carentes ou com deficiência, com alguma doença, enfim. E conseguimos para algumas pessoas já esses benefícios, retirando-as da rua, inclusive. Isso é maravilhoso. Você conseguir tirar uma pessoa que vive na rua, em estado de miséria e dar um mínimo de dignidade, onde ela possa pagar sua moradia, onde ela possa se alimentar. Nossa...é muito emocionante e gratificante", afirma Vanessa.

A advogada atua em escritório particular, mas reserva um pouco da sua agenda para o Instituto LAR. Ao contar sobre os anos dedicados a esse projeto, lembra com especial emoção de um caso em particular: "Um dos casos que mais nos tocou, e principalmente a mim, que estive bem próximo dele, é o caso do senhor Josane. Ele morava no Morro da Mineira e vivia de favor na casa da irmã. Trabalhava, catava latinha, catava reciclados na rua pra poder sobreviver. Como tem uma doença incurável e ainda muito estigmatizada, rodeada de preconceito, que é a Aids, ele não conseguia emprego e tinha que ficar se desgastando pelas ruas em busca de material reciclado. Ouvimos a história dele e corremos atrás de conseguir o benefício assistencial. Quando conseguimos, foi uma alegria para ele e para todos nós. Até porque ele conseguiu uns atrasados, que deram pouco mais de vinte e poucos mil reais. Imagina, que alegria! Ele conseguiu comprar uma casinha lá no morro, perto da família dele e vive com mais dignidade. Maravilhoso, né? Isso não tem preço. É muito bom!", recorda Vanessa.



Yuri Brites Pacheco Martins, Raquel Moxotó e Felipe Barbosa foram os primeiros voluntários do projeto "Primeiro Acesso à Justiça"



Diretores Eunice Barbosa, Lucena Pacheco, Valter Nogueira, Anny Figueiredo, Ricardo Soares e Dulavim de Oliveira, e parceiros dos projetos sociais acompanharam o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da População em Situação de Rua, em junho

ATUAÇÃO POLÍTICA TRAZ ESPERANÇA EM SITUAÇÃO DE RUA

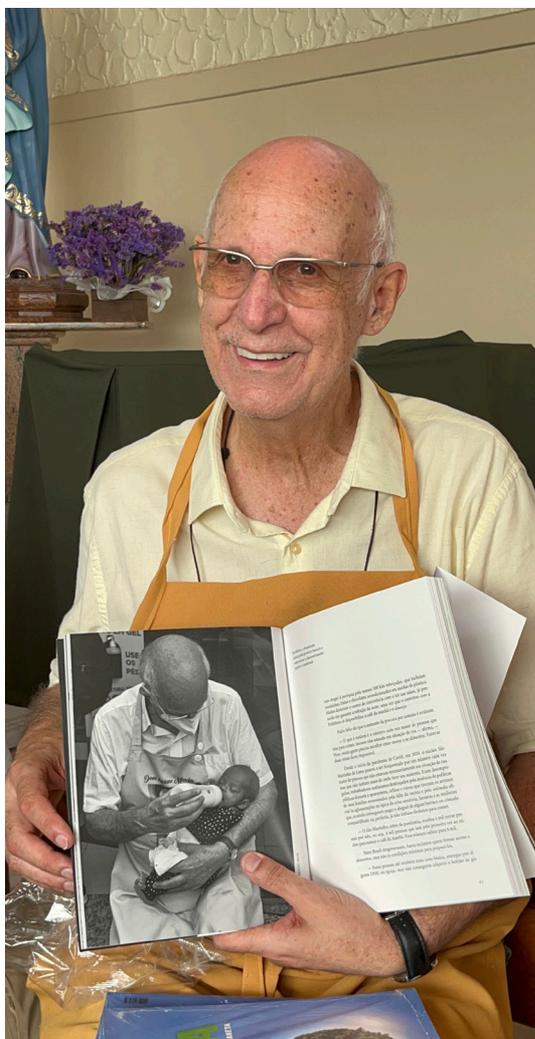
Sisejufe acompanhou um dia de trabalho do padre Julio Lancellotti, que dedica a vida à população em situação de rua. A lei que proíbe a arquitetura hostil, atualmente em processo de regulamentação, foi batizada com o nome do religioso em reconhecimento à sua luta

Tais Faccioli

Da Redação

Colaborar com projetos que visam transformar vidas e dar oportunidade de reinserção social à população em situação de rua é uma das linhas de atuação do Sisejufe. A realidade dessas pessoas, no entanto, é muito mais cruel do que se ousa imaginar. Elas passam fome, frio, todo tipo de necessidade, vivenciam o abandono e, muitas vezes, são vítimas de violência, sobretudo as mulheres e pessoas trans.

Ações e medidas para enfrentar esse problema também são propostas no Congresso Nacional e o Sisejufe acompanha o trabalho dos parlamentares que lutam por essa causa tão nobre. Em julho, nossos dirigentes participaram do lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua, que pretende ser um instrumento de organização de



Padre Lancellotti mostra livro sobre combate à Fome, no qual foi homenageado



Coordenadora Lucena Pacheco no lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da População em Situação de Rua

A E HUMANIDADE ÀS PESSOAS

políticas públicas voltadas aos vulnerabilizados e empobrecidos.

COMBATE À ARQUITETURA HOSTIL

No ano passado, dirigentes do Sisejufe atuaram pela aprovação do projeto de lei contra a arquitetura hostil nas cidades, que emprega estruturas, equipamentos e materiais cortantes ou pontiagudos, como pinos, parafusos e espinhos, com o objetivo de afastar pessoas em situação de rua de praças, viadutos, calçadas e jardins. Aprovado pela Câmara dos Deputados em novembro de 2022, o projeto foi vetado pelo presidente Bolsonaro. Em dezembro, no entanto, o Congres-

so derrubou o veto e promulgou a Lei 14.489/22.

Batizada de Lei Padre Julio Lancellotti é uma referência ao religioso que, desde 1986, promove trabalhos sociais na cidade de São Paulo. Coordenador da Pastoral do Povo de Rua, Lancellotti usou uma marreta para remover pedras pontiagudas instaladas sob um viaduto pela prefeitura da capital paulista. O gesto já foi repetido em outras ocasiões pelo padre, que usa sua página numa rede social para denunciar a arquitetura hostil em outras cidades.

“Essa lei ganhou o nome de Lei Julio Lancellotti exatamente em homenagem

ao trabalho desenvolvido por esse grande profeta e ser humano que denuncia, aponta e organiza essa luta. Esse projeto defende o direito da população em situação de rua a ocupar as cidades porque a cidade é de todos e todas. A cidade tem que ser um espaço democrático, de acolhimento e de participação de todas as pessoas”, ressalta o diretor do Sisejufe Valter Nogueira.

DIA DE VIVÊNCIA

A presidenta Eunice e a diretora Anny Figueiredo acompanharam de perto um dia de trabalho do padre Lancellotti no entorno da Paróquia São

Miguel Arcanjo, no bairro da Mooca, em São Paulo.

As diretoras assistiram à missa das 7h, que Lancellotti realiza todos os dias, seguindo um ritual: após a celebração, ele distribui pães e conversa com as pessoas presentes, usando camisa básica, calça jeans e um avental com a imagem de Santa Dulce dos Pobres. Seguindo sua rotina, o religioso pega um carrinho de supermercado e, cercado de voluntários, se dirige ao galpão onde distribui café da manhã e, acima de tudo, afeto às pessoas em situação de rua.

No caminho, é abordado por várias pessoas. Uma mulher desesperada pede ajuda para comprar botijão de gás e o padre promete ampará-la. Carinhosamente, ele também acolhe uma moça grávida. Mais

à frente, uma senhora pede um cobertor. Em um paredão, vários homens reverenciam o religioso.

Ao chegar ao galpão, chamado Núcleo de Convivência São Martinho de Lima, o padre e seus voluntários iniciam a distribuição da refeição matinal. As pessoas são chamadas de 200 em 200. Recebem fruta, pão e, no caso das mulheres, absorvente higiênico. Depois, seguem para um grande refeitório. Há, ainda, vestiários com chuveiros para quem deseja tomar banho.

EUNICE E ANNY AJUDARAM NA DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS.

“Trazemos a solidariedade dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público, do Poder Judiciário do Rio, com

essa ação que apoia outros trabalhadores e trabalhadoras que estão em situação muito vulnerável. É um momento de alegria porque a gente se confraterniza, se solidariza na luta pela sobrevivência, pela proteção, pela defesa dos direitos e da vida, mas é também momento de muita reflexão e indignação: São Paulo é a capital que concentra o maior parque industrial do país, abriga pessoas que estão entre as mais ricas do mundo e está inserida em um sistema que produz essa desigualdade”, apontou a presidenta do Sisejufe.

Anny, que acompanhava o trabalho do padre pela segunda vez, disse que sempre se emociona ao participar da ação. “Julio, além de ser padre, tem uma humanidade absurda. Chegar aqui e ver tantos irmãos em situação de necessidade absoluta é muito triste, mas ao mesmo tempo a gente vê um sorriso de felicidade quando eles passam, pegam alimento e agradecem. Isso já nos ilumina o dia. Espero que a situação de miserabilidade no país se resolva e a gente não precise mais fazer esse movimento”, disse a dirigente.

Na fila para receber o pão, Eduardo, que prefere não revelar o sobrenome, conta que está desempregado e, sem alternativa, está vivendo nas ruas. “Aqui a gente é recebido com gentileza. Tem assistente social, banho, comida, tem tudo”, diz.

Iara Lídio é transexual e pessoa em situação de rua. Ela vê no trabalho do padre Júlio a esperança para mudar de vida: “Ele é uma pessoa que ajuda mesmo, nos dá total atenção. Ainda mais a gente que é do público LGBT, sofre o dobro. Aqui é um espaço nosso, mas sonho em sair dessa situação, quero conseguir meu cantinho, minha casa e trabalhar como atriz. A rua não é lugar para ninguém, entende?”



Presidenta Eunice Barbosa e diretora Anny Figueiredo ajudaram na distribuição de café da manhã no Núcleo de Convivência São Martinho de Lima, em São Paulo



Com um carrinho de supermercado e cercado de voluntários, padre Lancellotti se dirige ao galpão onde distribui café da manhã

O FUTURO

Após a distribuição do café, padre Júlio volta à Igreja. Sentado no banco, ele é cercado por pessoas em situação de rua, estudantes, pesquisadores e fiéis. Às nossas diretoras, ele comentou que a lei que leva seu nome foi um avanço, mas é preciso que ela seja regulamentada e cumprida. “As pessoas precisam se envolver para que a lei seja vivenciada e obedecida. A implementação vai depender da fiscalização que a sociedade fizer, de cobrar do Ministério Público, da Defensoria Pública, mas não é uma utopia, ela é possível. É um desafio”, opina.

Forte e determinado, o padre deixa uma mensagem de otimismo: “Que a gente lute, não desanime e que enfrente os conflitos com coragem”.

Eunice destaca que iniciativas como a do padre Julio Lancellotti são importantes, mas funcionam de forma emergencial. Para a dirigente, é fundamental que toda a sociedade se mobilize e que o poder público cumpra o papel que lhe cabe.

“A população em situação de rua não precisa de gueto, de confinamento, ela precisa de políticas públicas, precisa que os governos em todas as esferas, municipal, estadual e federal, organizem e instituam o comitê intersetorial para pensar moradia, saúde, educação e segurança, adotem, enfim, políticas públicas especiais destinadas a esse segmento. É desse movimento que nós queremos participar em São Paulo, no Rio de Janeiro e em todos os lugares possíveis”, afirmou a presidenta do Sisejufe.



Depois de receber a refeição, as pessoas em situação de rua são acolhidas em um grande refeitório para tomar café da manhã

SISEJUFE

CASA DO ALTO

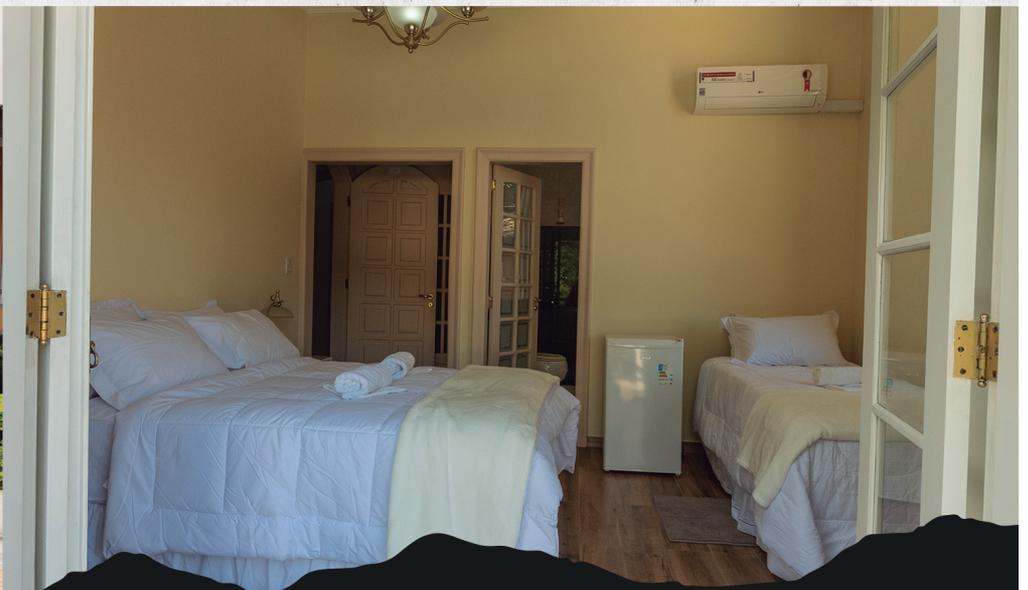
Nosso espaço
de convivência
e acolhimento

CONHEÇA O MAIS NOVO PROJETO DO SISEJUFE PARA VOCÊ

- *5 suítes e um apartamento com suíte, sala reversível e cozinha*
- *banheiros coletivos, sauna, piscina, churrasqueira e um grande jardim.*
- *sala com sofás, lareira e mesa de sinuca e bilhar*
- *sala de estar com vários ambientes*
- *segurança 24 horas*
- *cozinha e copa completas*

Local: Rua Doutor Catrambi, 665
logo após o Largo da Usina
na Tijuca, Zona Norte do RJ

**Aproxime a câmera do
seu celular no QR CODE ao
lado para fazer a sua reserva**





FOME DE BOAS PRÁTICAS

Bete Nogueira

Da Redação

A previsão de safra agrícola no Brasil deve registrar novo recorde em 2023, totalizando 307,3 milhões de toneladas, segundo o IBGE. Ao mesmo tempo, relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) revela que o número de pessoas em vulnerabilidade e/ou insegurança alimentar no país aumentou de 36 milhões para 40 milhões (ano 2020). Para ficarmos no mesmo ano de referência, ainda que seja tão próximo cronologicamente, a produção

de grãos na safra 2020/21 teve um volume estimado em 252,3 milhões de toneladas – e, enquanto isso, 19% da população ficou sob a ameaça da fome.

Como explicar que um país que bate no peito para exaltar sua força no campo tenha quase um quinto de seus habitantes nessas condições? Alguns vão dizer que a culpa é da guerra na Ucrânia, do tempo, de São Pedro, da pandemia de covid-19

ou do azar. Mas a situação é muito mais complexa, como ressalta a nutricionista Renata Machado, presidente estadual do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea/RJ) e coordenadora-geral do Sistema Integrado de Alimentação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

“O Brasil é um país marcado por desigualdades. Se por um lado somos grandes



Foto: Prefeitura Municipal de Bonito (MS)

A face mais nefasta da fome: pessoas disputam ossos e carcaças para terem o que comer

produtores agrícolas, por outro, elevada parcela da população não tem acesso ou acessa de forma insuficiente a alimentação, como mostram pesquisas recentes. O desafio é quebrar esse ciclo”, comenta a especialista.

Renata lembra que o país já teve boas estratégias na área, mas o governo anterior diminuiu os investimentos, reduziu os recursos e desmontou as políticas públicas voltadas para o combate à fome. O Programa de Aquisição de Alimentos (PPA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conhecidos internacionalmente, “sofreram pesadamente com a desconstrução de marcos legais e a falta de recursos”.

FORAM LIBERADOS 1,9 MIL AGROTÓXICOS

A insegurança alimentar, seja de onde for, hoje é vista como uma meta que a humanidade deve combater. Há 11 anos, durante a Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável (Rio+20), foram estabelecidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um apelo

pelo fim da pobreza, pela proteção da Terra e uma tentativa de se construir um planeta de paz e prosperidade. Dos 17 ODS, o segundo tem como tema “Fome zero e agricultura sustentável”.

Mas é possível promover uma melhor distribuição de alimentos sem afetar a questão ambiental? “Não só é possível, como muito necessário. É preciso pensar em sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, no desenvolvimento da agricultura, em especial da agricultura familiar sem a degradação do ambiente, com redução do uso de agrotóxicos com impactos ambiental e para a saúde gravíssimos. Foram liberados 1,9 mil agrotóxicos nos últimos quatro anos. É assustador!”, alerta a presidente do Consea/RJ.

Mesmo quem sempre soube lidar de forma equilibrada com a produção de parte do que come pode sofrer revezes. É o caso do povo Yanomami, que vive uma condição crítica de desnutrição por causa da interrupção, promovida pelo governo Bolsonaro, da entrega de remédios e suprimentos, além de fatores decorrentes do garimpo criminoso e ilegal, que en-

venena rios e afugenta os animais. Em janeiro deste ano, o Ministério da Saúde declarou situação de emergência e Saúde Pública entre os Yanomamis.

As imagens das crianças e adultos em pele e osso chocaram o país, nunca se tinha visto algum povo originário nesse grau de desnutrição e penúria. Para ajudar a reverter o quadro, os conselhos estaduais de segurança alimentar apoiam ações do atual governo.

“É uma situação inaceitável. São casos de desnutrição gravíssimos que representam risco de morte imediata, se não houver ações urgentes. As imagens sensibilizaram o país inteiro. O conselho está mobilizado para apoiar as ações do governo, principalmente em áreas de difícil acesso, respeitando a cultura e os hábitos alimentares dos nossos povos originários”, relata a representante do conselho no Estado do Rio.

IMPACTO NA POPULAÇÃO TRABALHADORA

Em qualquer grupo, a insegurança alimentar é igualmente cruel. A alimentação é uma necessidade básica muitas vezes veladamente negada, mesmo para quem não está desempregado nem está à mercê de intempéries climáticas, por exemplo. No caso de grande parte dos trabalhadores brasileiros, o problema se estende ao longo do mês, indefinidamente. Os preços sobem, mas o salário quase nunca os acompanha.

Segundo pesquisa Datafolha divulgada em junho de 2022, 26% dos entrevistados consideraram, naquele mês, que tiveram comida insuficiente no prato. A sensação de insegurança alimentar foi mais sentida pelos entrevistados que ganhavam até dois salários-mínimos (R\$ 2.604). Com o tempo, essa insuficiência pode prejudicar o desempenho da pessoa no trabalho



Foto: Jo Lorib, CC BY-SA 3.0, via Wikimedia Commons

A insegurança alimentar pode provocar nos filhos dos trabalhadores danos irreversíveis

e gerar problemas irreversíveis, como explica Renata.

“No caso da população que sai para trabalhar todos os dias, mas não sabe se vai ter uma refeição na volta para casa, que deixa de comer para alimentar os filhos, que sai sem um café da manhã, sofre as consequências diretas. A desnutrição implica em risco à saúde, pode afetar a capacidade cognitiva, laboral, problemas

dos mais variados e, nos casos mais graves, até a morte. No caso dos filhos dos trabalhadores, são crianças que podem ter danos irreversíveis, que jamais serão recuperados”, alerta a nutricionista.

PARA MUDAR O QUADRO

Como ações imediatas para mudar o quadro que o país vive, Renata Machado sugere o fortalecimento do Sistema de Se-

gurança Alimentar e Nutricional (Sisan), para que governo e a sociedade civil, juntos, encaminhem as ações prioritárias para reverter esse quadro de insegurança alimentar grave que tanto preocupa. “O Consea Nacional voltou a Brasília em fevereiro, após quatro anos de extinção. Já os Conseas estaduais seguem firmes, trazendo propostas para reverter esse quadro”, afirma.

Mas o tema dialoga com outros ODS. Entre eles, o de número 12: “Consumo e produção responsáveis”. Dentro da proposta de consumo responsável está o cuidado na hora de manusear os alimentos. Muito já se falou sobre desperdício: é preciso refazer a rota do campo à mesa para ‘esvaziar’ a lata, impedindo que bons alimentos acabem virando lixo. De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), aproximadamente 15% dos alimentos produzidos no mundo se perdem antes de chegar ao mercado. Aqui, são cerca de 27 milhões de toneladas desperdiçadas por ano. As perdas acontecem, na sua maioria, durante o manuseio, transporte inadequado e nas centrais de abastecimento. Mas existe também o desperdício doméstico. Portanto, cada um precisa fazer a sua parte, sempre de olho nas boas práticas de sustentabilidade. Afinal, a fome é um problema de todos.

contraponto

SISEJUFE filiado à FENAJUFE

Av. Presidente Vargas · 509 · 11º andar
Centro · RJ · CEP 20071-003

|21| 2215 2443

imprensa@sisejufe.org.br

www.sisejufe.org.br



DIRETORIA: Adriano Nunes dos Santos • Alexander Fernando Vieira Oliveira • Alexandre Graciano dos Santos • Alexandre Magno Gonzalez de Lacerda • Amaro das Grassas Faustino • Andrea Regina da Fonseca Capellão • Anny Rodrigues Figueiredo • Carlos Eduardo da Costa Cruz • Carlos Henrique Ramos da Silva • Dulavim de Oliveira Lima Junior • Edson Mouta Vasconcellos • Eliene Neves Valadão • Fernanda Guimarães Lauria • Helena Guimarães Cruz • Iuri Barbosa Matos Peixoto • João Victor Fernandes do Nascimento de Albuquerque • Joel Lima de Farias • José Ricardo de Almeida Horta • Juliana Cosenza de Avelar • Larissa Lima Azevedo • Laura Diógenes de Oliveira e Silva • Leila Maria Dias Nascimento • Licius Coelho dos Santos • Lucas Ferreira Costa • Lucena Pacheco Martins • Luis Amauri Pinheiro de Souza • Maria Eunice Barbosa da Silva • Mariana Abreu Petersen da Rocha • Mariana Ornelas de Araújo Góes Liria • Michel Carneiro da Silva • Neli da Costa Rosa • Nilton Alves Pinheiro • Pietro Coelho Barbosa Valério • Ricardo de Azevedo Soares • Ricardo Loureiro Pinto • Ricardo Quiroga Vinhas • Rodrigo Alcântara de Souza • Ronaldo Almeida das Virgens • Soraia Garcia Marca • Tereza Clarice Barros Ribeiro • Valter Nogueira Alves • Vitor Hugo da Silva Teixeira

• **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda

• **EDIÇÃO E REDAÇÃO:**

Tais Faccioli (MTE 22185) • Dani Maia (Drt 035292/2004/19)

• **PROJETO GRÁFICO:** Andreza Condé

• **REVISÃO:** Max Leone

• **DIAGRAMAÇÃO:** Gilson Castro e Ramis Nascimento

• **CONSELHO EDITORIAL:** Fernanda Guimarães Lauria • José Ricardo de Almeida Horta • Lucas Ferreira Costa • Lucena Pacheco Martins • Maria Eunice Barbosa da Silva • Mariana Ornelas de Araújo Góes Liria • Ricardo Quiroga Vinhas • Soraia Garcia Marca • Valter Nogueira Alves • Vera Miranda

“Os textos apresentados e veiculados nesta publicação são da inteira responsabilidade da diretoria do Sisejufe, não cabendo, portanto, a responsabilização dos profissionais de Jornalismo que o produzem pelos conceitos e opiniões aqui veiculados.”

AINDA NÃO É FILIADO AO SISEJUFE ?



SINDICALIZE-SE

**FORTALEÇA
O SINDICATO
E AS LUTAS
DA CATEGORIA.**



**Aproxime a câmera do seu celular no QR CODE
ao lado para preencher a ficha de filiação
ou acesse www.sisejufe.org.br**